SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA
ESTADO-MAIOR GERAL
3ª SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR GERAL

DIRETRIZ DE PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (DtzPOP)

CLASSIFICAÇÃO: DtzPOP n.º 15/2010/BM-3/EMG/CBMSC
CATEGORIA: Diretriz de Procedimento Permanente (conforme Art. 5° da IG 20-01)

ASSUNTO: Dispõe sobre o Sistema de Comando em Operações (SCO) como ferramenta gerencial para administração de desastres no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC).

1. FINALIDADE: Padronizar as ações de comando, controle e coordenação de operações de resposta em situações críticas.

2. REFERÊNCIAS:
- ✓ IG 20-01, que estabelece os critérios para a elaboração e aprovação de Diretrizes de Procedimentos Operacionais Padrão (DtzPOP) e Manuais Operacionais (MOp) no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Portaria n.º 201, de 21 Set 07, publicada em BCG n.º 39, de 24 Set 07;
- ✓ Doutrina de emprego operacional do CBMSC;
- ✓ Diretriz de Procedimento Operacional Padrão n.º 13/2002/BM-3/EMG/CBMSC;
- ✓ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Apostila da Capacitação em Defesa Civil: Sistema de Comando em Operações – SCO. Florianópolis: EaD/UFSC, 2003.

3. OBJETIVOS: Padronizar as ações de comando, controle e coordenação de operações de resposta em situações críticas nas Organizações de Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC).

4. SITUAÇÃO:
a. As Organizações de Bombeiro Militar não podem administrar suas demandas operacionais na base da improvisação e nem funcionarem ao acaso. Para orientar tais condutas existe a Diretriz de Procedimento Operacional Padrão n.º 13/2002/BM-3/EMG/CBMSC, que dispõe sobre os princípios básicos de ação operacional BM nas Organizações de Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC). No entanto, tal DtzPOP é direcionada exclusivamente ao atendimento de emergências ordinárias, ou seja, aquelas situações que exigem uma intervenção imediata de profissionais treinados com equipamentos adequados, mas podem ser atendidas pelos recursos normais de resposta da Corporação, sem a necessidade de coordenação ou procedimentos especiais.
b. As coisas mudam no caso de situações críticas, as quais exigem um sistema gerencial diferenciado. Isso acontece porque as situações críticas são geralmente de alto risco, dinâmicas, complexas e confusas, gerando problemas específicos, tais como: estrutura de coordenação e níveis de autoridade indefinidos, comunicação inadequada, fluxo de informações inadequado, falta de

controle sobre os recursos, utilização inadequada de recursos especializados, dificuldade no ordenamento de áreas e relacionamento precário com a imprensa.
c. A principal diferença entre uma emergência ordinária e uma situação crítica é que a primeira pode ser atendida com os recursos normais de resposta a emergências da Corporação, sem a necessidade de coordenação ou procedimentos especiais, enquanto a segunda exige uma postura organizacional não rotineira para a coordenação e gerenciamento integrado das ações de resposta.
d. Tudo isso levou o CBMSC a adotar o Sistema de Comando em Operações – SCO como ferramenta gerencial para orientar sua atuação em situações críticas. O SCO é baseado no *Incident Command System* (ICS), criado e desenvolvido nos anos 70, nos Estados Unidos da América.
e. Conceitualmente, um Sistema de Comando em Operações, ou SCO, é um sistema gerencial para facilitar o comando, o controle e a coordenação de operações de resposta em situações críticas.
f. Tal sistema fornecerá um meio de melhor articular os esforços do CBMSC e outras agências individuais quando for necessário atuar com o objetivo comum de estabilizar uma situação crítica e proteger vidas, propriedades e o meio ambiente, por isso, os profissionais do CBMSC devem conhecer o SCO porque todos que atuam em desastres, direta ou indiretamente, podem ser chamados para colaborar em uma situação crítica, e provavelmente atuarão com base neste modelo gerencial.

5. EXECUÇÃO:
a. O SCO pode ser utilizado para responder a vários tipos de situações críticas, incluindo: acidentes com produtos perigosos, desastres naturais, incêndios florestais, acidentes com múltiplas vítimas, ocorrências que exijam operações de busca e salvamento, ocorrências de vulto envolvendo várias jurisdições, etc.
b. A estrutura principal do SCO é constituído por: **Comando**, ***Staff* de Assessoria do Comando** (Segurança, Ligações, Informações ao Público e Secretário) e ***Staff* Geral/Principal** (Operações, Planejamento, Logística e Administração/Finanças). Cada uma dessas funções poderá se desdobrar em sucessivos níveis de autoridade e responsabilidade, de acordo com a necessidade determinada pela situação crítica.
c. O SCO se baseia em três princípios fundamentais e quinze características básicas, a saber:
1. **Princípios fundamentais**: Concepção sistêmica; concepção contingencial; para todos os riscos e situações.
2. **Características básicas**: Emprego de terminologia comum; uso de formulários padronizados; estabelecimento e transferência formal de comando; cadeia e unidade de comando; comando único ou unificado; organização modular e flexível; administração por objetivos; uso de planos de ação; adequada amplitude de controle; instalações e áreas padronizadas; gerenciamento integrado de recursos; gerenciamento integrado das comunicações; gerenciamento integrado de informações e inteligência; controle de pessoal e controle da mobilização/desmobilização.
d. O Comando é sempre o responsável pelas operações como um todo, incluindo o desenvolvimento e a implementação do Plano de Ação e a requisição e liberação de recursos.
e. O Comando pode ser exercido por uma (comando único) ou mais pessoas (comando unificado), reunindo representantes dos órgãos com mais recursos e responsabilidades relacionadas à operação.
f. Em situações geograficamente restritas, recomenda-se que o SCO seja instalado em campo, nas proximidades do local das operações, sem demora, pela pessoa de maior autoridade da primeira unidade BM que chega no local da emergência.
g. Em outras situações, quando a área geográfica afetada é maior, um Plano de Contingência pode determinar que uma pessoa específica seja comunicada e assuma o Comando, deslocando-se para o Posto de Comando e começando a coordenar as operações de lá. Nesses casos, recomenda-se que o Comando seja assumido pelo Supervisor ou mesmo pelo Oficial Superior de Dia ao CBMSC.
h. As principais atribuições do Comando são:
1) instalar o SCO;
2) designar o Posto de Comando e a Área de Reunião;
3) dimensionar o evento e avaliar as prioridades;

4) determinar os objetivos estratégicos;
5) determinar os objetivos táticos (desdobramento dos objetivos maiores – estratégicos);
6) desenvolver um Plano de Ação;
7) desenvolver uma estrutura organizacional adequada;
8) gerenciar os recursos disponíveis;
9) coordenar as atividades como um todo;
10) garantir a segurança;
11) coordenar as atividades com outros órgãos;
12) divulgar informações para a mídia;
13) registrar as informações referentes à operação e a situação crítica.

i. Seguindo a lógica de expansão do SCO, num primeiro momento todas as atribuições peculiares ao Comando e seus *Staffs* são desempenhadas pelo próprio Comando, seja ele único ou unificado. As demais funções são ativadas somente quando se torna necessário delegar alguma atribuição que esteja sobrecarregando o Comando, de acordo com seu julgamento próprio ou seguindo um plano pré-estabelecido.

j. Um Posto de Comando deve ser instalado todas às vezes em que for utilizado o SCO, independentemente do tamanho e da complexidade da situação crítica.

k. Ao perceber que muitos recursos operacionais serão reunidos durante a operação na situação crítica, o Comando deve se preocupar em designar alguém para instalar uma Área de Espera (Encarregado da Área de Espera/Estacionamento). A experiência mostra que é muito mais difícil cadastrar os recursos operacionais que estão no local da operação depois que eles já estão espalhados e atuando. A Área de Espera é um local, delimitado e identificado, para onde se dirigem os recursos operacionais que se integrarem ao SCO. Na Área de Espera deve ser realizado um procedimento de recepção (*check-in*) em que os recursos são cadastrados no SCO. Os profissionais responsáveis pelos recursos devem receber informações básicas sobre o SCO (no caso de não possuírem treinamento) e sobre a situação e o plano de ação. Caso os recursos não sejam necessários imediatamente, eles permanecem em condições de pronto emprego, aguardando o seu acionamento (reserva tática).

l. Em eventos maiores, em que a ação operacional pode acabar se espalhando por vários bairros ou mesmo toda uma cidade, recomenda-se um procedimento diferenciado, porém a idéia é a mesma anteriormente descrita. Nesses casos, o procedimento de recepção (*check-in*), pode ser realizado por meio de comunicação, e os recursos permanecerem descentralizados, agrupados em seus próprios órgãos ou em locais estratégicos.

m. O organização de bombeiro militar ou qualquer outro órgão, ao ser acionado, reúne seus recursos operacionais em um local estabelecido e entra em contato com o controlador, que repassa as informações, cadastra o recurso no sistema e estabelece o procedimento de acionamento.

n. As áreas envolvidas numa operação de uma situação crítica devem ser classificadas diferentemente em áreas de trabalho (área quente, morna e fria), as quais determinarão quem pode entrar nessas áreas, com que medidas de segurança e quais as atividades permitidas.

o. A área quente é determinada no local que sofreu mais intensamente os efeitos do evento que causou a situação crítica. É nessa área que serão desenvolvidas as operações de maior risco e complexidade.

p. A área fria é aquela que abriga as instalações e recursos que darão suporte às atividades, mas apresenta um pequeno risco relacionado à situação crítica e às operações que serão desenvolvidas.

q. A área morna é uma área intermediária entre as áreas quente (de maior risco) e fria (totalmente segura).

r. Além de estabelecer áreas de trabalho, é interessante que o Comando estabeleça os corredores e pontos de acesso às áreas quente e morna. Fazendo isso, ele controlará melhor a presença de recursos operacionais nas áreas mais perigosas da operação e poderá realizar uma vistoria nas pessoas que estão acessando essas áreas para verificar se elas estão com os equipamentos de proteção necessários, têm informações corretas e conhecem as medidas de segurança recomendadas.

s. Os primeiros momentos de uma situação crítica são fundamentais para determinar a maneira como ela será resolvida. Por causa do fator tempo, a coordenação de situações críticas deverá ocorrer sempre em três grandes etapas, aplicáveis a qualquer tipo e tamanho de situação, ou seja, **etapa de resposta imediata**, **etapa de plano de ação** e **etapa de desmobilização**.
t. Assim que a situação crítica é constatada, um conjunto de medidas previamente planejado é iniciado, acionando os órgãos para que seus recursos operacionais tomem as primeiras medidas de acordo com as DtzPOP do CBMSC ou Planos de Contingência existentes.
u. Na etapa de resposta imediata algumas providências básicas devem ser estabelecidas, são elas:

1. Avaliação (dimensionamento) e ações iniciais de resposta seguindo procedimentos operacionais padronizados;
2. Instalação do SCO;
3. Assunção do comando através da rede rádio;
4. Instalação do posto de comando;
5. Instalação da área de espera/estacionamento e indicação do encarregado da mesma; e
6. Coleta de informações e elaboração do plano de ação inicial;

v. Na etapa seguinte, os Planos de Ação devem sempre seguir uma ordem de prioridades para a articulação de recursos e esforços, os quais embora pareçam óbvios, são um guia útil para a tomada de decisão e o processo de planejamento. A ordem de prioridades é a seguinte:

1. Estabelecimento dos objetivos e prioridades a partir da situação e recursos disponíveis para um determinado período operacional;
2. Execução do plano e continuação da coleta de informações;
3. Verificação da necessidade da implementação de novas funções (staff de assessoria e staff principal);
4. Solicitação ou dispensa de recursos adicionais;
5. Controle da operação no posto de comando (PC) e preparação para reunião de avaliação e planejamento do novo período operacional;
6. Registro das informações no formulário padronizado SCO 201 (ver modelo no final);
7. Transferência do comando ou instalação do comando unificado;
8. Realização da reunião de avaliação e planejamento do novo período operacional;
9. Execução do plano e reinício do ciclo de planejamento até a desmobilização.

x. Na etapa final, as ações vão exigindo cada vez menos articulação até que chega-se ao momento de desmobilizar, ou seja, desativar o SCO. A desmobilização deve ser planejada e executada cuidadosamente para evitar a perda de materiais, a sobrecarga em determinados órgãos ou equipes e o desmantelamento descontrolado das operações.

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

a. A presente Diretriz de Procedimento Operacional Padrão entra em vigor a partir da data de sua publicação pelo Comando Geral do CBMSC;
b. Fica revogada a Diretriz de Procedimento Operacional Padrão n.º 15/2008/BM-3/EMG/CBMSC, de 15 de fevereiro de 2008.

Florianópolis, em 08 de abril de 2010.

Cel BM ÁLVARO MAUS
Comandante Geral do CBMSC

CICLO DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL PADRÃO DO CBMSC

Ocorrência do evento (emergência ou situação crítica)
Notificações
1. Avaliação (dimensionamento) e ações iniciais de resposta seguindo procedimentos operacionais padronizados;
2. Instalação do SCO;
3. Assunção do comando através da rede rádio;
4. Instalação do posto de comando;
5. Instalação da área de espera/estacionamento e indicação do encarregado da mesma;
6. Coleta de informações e elaboração do plano de ação inicial;
7. Estabelecimento dos objetivos e prioridades a partir da situação e recursos disponíveis para um determinado período operacional;
8. Execução do plano e continuação da coleta de informações;
9. Verificação da necessidade da implementação de novas funções (staff de assessoria e staff principal);
10. Solicitação ou dispensa de recursos adicionais;
11. Controle da operação no posto de comando (PC) e preparação para reunião de avaliação e planejamento do novo período operacional;
12. Registro das informações no formulário padronizado SCO 201;
13. Transferência do comando ou instalação do comando unificado;
14. Realização da reunião de avaliação e planejamento do novo período operacional;
15. Execução do plano e reinício do ciclo de planejamento até a desmobilização.

Formulário Padronizado Modelo SCO 201

1. Nome da operação:	2. Preenchido por: 3. Data/hora:	**Formulário SCO 201**
4. Mapa/croqui		
5. Situação (resumo dos fatos):		

1. Nome da operação:	2. Preenchido por: 3. Data/hora:	**Formulário SCO 201**
6. Prioridades e objetivos:		
7. Sumário das ações planejadas e implementadas:		

1. Nome da operação:	2. Preenchido por:	**Formulário SCO 201**
8. Estrutura organizacional da operação (inserir organograma):		

1. Nome da operação:	2. Preenchido por:	**Formulário SCO 201**

9. Descrição dos recursos da operação:

Recurso	Identificador	Hora solicitação	Tempo estimado	Contato	No local	10. Observações